



3280 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT 15/GT 20 - Educação Especial e Psicologia da Educação

DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL
Tânia Regina Lobato dos Santos - UEPA - Universidade do Estado do Pará
Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes - UEPA - Universidade do Estado do Pará
Agência e/ou Instituição Financiadora: UEPA/FAPESPA

DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL

O artigo objetiva identificar o que vem sendo produzido nos Programas de Pós-Graduação em Educação na Amazônia Legal sobre o atendimento e articulação da Educação Infantil na Educação Especial. Como articulam a Educação Infantil e a Educação Especial? Os resultados apontados pelo balanço das produções, mostram que há reduzido número de pesquisas realizadas sobre Educação Especial e Educação Infantil na região norte, especificamente nos Programas de Pós-Graduação em Educação.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão. Educação Especial.

DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Resumo: O artigo objetiva identificar o que vem sendo produzido nos Programas de Pós-Graduação em Educação na Amazônia Legal sobre o atendimento e articulação da Educação Infantil na Educação Especial. Como articulam a Educação Infantil e a Educação Especial? Os resultados apontados pelo balanço das produções, mostram que há reduzido número de pesquisas realizadas sobre Educação Especial e Educação Infantil na região norte, especificamente nos Programas de Pós-Graduação em Educação.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão. Educação Especial.

Introdução

Este artigo objetiva identificar a produção científica nos Programas de Pós-Graduação em Educação na Amazônia Legal sobre o atendimento e articulação da Educação Infantil na Educação Especial. Tal proposta é resultante da pesquisa "Educação Infantil inclusiva: políticas e práticas pedagógicas no âmbito da Semec-Belém", vinculada ao Grupo de Pesquisa Infância, Cultura e Educação, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com financiamento da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (Fapespa) em parceria com a Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Esta é uma pesquisa qualitativa de cunho documental que busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.38). Tanto a pesquisa documental quanto a bibliográfica têm o documento como objeto de investigação, no entanto, na primeira, esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007).

Sobre o seu delineamento, inicialmente realizou-se levantamento de produções que abordassem a relação entre educação infantil e a educação especial no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no entanto, não se obteve o resultado esperado; para tanto ampliou-se as buscas para as páginas *online* dos Programas de Pós-graduação (PPG's) em Educação e verificamos ano a ano a articulação privilegiada nos trabalhos produzidos; dentre estes, selecionamos 05 produções que possuem aproximação com a temática proposta, sem delimitação do tempo, localizadas na UEPA e nas Universidades Federais do Maranhão (UFMA) e Pará (UFPA). A análise das produções foi efetivada considerando-se a temática, a base teórica, o conteúdo, as palavras-chave utilizadas, além do modo como articulam a educação infantil e a educação especial.

As produções dos Programas de Pós-Graduação em Educação foram identificadas diretamente nos portais dos PPG's em Educação dos estados que compõem a Amazônia Legal, a saber: Pará, Maranhão, Tocantins, Amapá, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Mato Grosso. As selecionadas são sobre Educação Infantil e Educação Especial e foram analisadas a partir de dois questionamentos principais: (1) o que estas produções retratam e (2) como se dá a articulação entre a Educação Infantil e Educação Especial nas produções. No Quadro 1, primeiramente, destacam-se título, autoria, instituição, o ano de defesa e base teórica de cada produção selecionada, salientando que para esta busca não consideramos um recorte temporal.

Quadro 1 - Produções que articulam Educação Infantil e Educação Especial nos PPGs em Educação da Amazônia Legal.

Título	Autor	Instituição/ ano	Teóricos
--------	-------	---------------------	----------

A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil: uma análise do Currículo moldado pelas práticas pedagógicas de Professoras da rede municipal de ensino de Belém	AMARAL, Miriam Matos	UFPA/	Mantoan (1998, 2001, 2003)
		2006	Mazzotta (1996, 2000)
O atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais em creches e pré-escolas da rede municipal na cidade de São Luís-MA	BATISTA, Roseliny de Moraes Martins	UFMA/	Lima (2006)
		2012	Mendes (2010)
			Oliveira (2010)
			Vygotsky (1991)
			Almeida (2013)
Educação Infantil Inclusiva: o que a prática docente revela?	PINTO, Gicele Holanda da Silva	UEPA/	Baptista (2011)
		2015	Galvão (2013)
			Fantacini (2015)
			Kassar (2006, 2011)
			Kassar, Rebelo (2013) Kassar, Arruda, Benatti (2007)
A inclusão de crianças com deficiência intelectual em creches e pré-escolas: dificuldades e possibilidades	PINHEIRO, Fernanda Costa	UFMA/	Dantas (2012)
		2015	Farias (2005)
			Martins Filho (2007)
			Hoeppler (2007)
			Freitas, Kuhlmann Jr. (2002)
Práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano da Educação Infantil na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará	OLIVEIRA, Tatiana de Castro	UFPA/	Kuhlmann. Jr (2007, 2001)
		2016	Sasaki (2010)
			Stainback e Stainback (1999)
			Nóvoa (1991)
			Arroyo (2013)
	Sacristán (1999)		
	Diniz (2012)		
	Carvalho (2012, 2014)		
	Drago (2011)		

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir do levantamento realizado nos sites dos PPG's em Educação.

No Quadro 1, identificam-se produções desenvolvidas no período de 2006 a 2016, porém não há produções no período de 2007 a 2011 nem em 2013 a 2014. Percebemos que estas estão alocadas no período da Inclusão considerando que o marco da Inclusão no Brasil se dá com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), entretanto, ressalta-se que quatro delas foram desenvolvidas após a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Dentre as produções, duas são da UFMA, duas da UFPA e uma da UEPA. Todas as apresentadas no Quadro 1 retratam a criança, porém pela voz dos professores. Além disso, todas são de nível de mestrado – a região tem apenas dois doutorados.

Todas as pesquisas ocorreram em instituições públicas, sendo quatro municipais e uma federal. Todas tratam da inclusão de crianças, embora com distintas especificidades: uma na perspectiva do currículo; duas na perspectiva das práticas pedagógicas docentes; e duas que tratam de atendimento e inclusão da criança com deficiência intelectual nas creches e pré-escolas na rede municipal. De maneira geral, todas buscam analisar como ocorre a prática pedagógica nestas instituições, seja no espaço de sala de aula regular ou de recurso multifuncional das escolas.

O Quadro 1 aponta ainda que as dissertações utilizam teóricos que discutem a educação infantil e a educação especial em uma perspectiva inclusiva. Entretanto, consideramos que há a necessidade de uma maior articulação dessas temáticas, visando assegurar a transversalidade do conhecimento.

Todas as produções possuem autoria feminina, sobre as quais destaca-se que:

a) Amaral (2006) analisou o currículo moldado pelas práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras da rede municipal de Belém – estado do - Pará a partir da inclusão educacional na educação infantil de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEES) proposta no Projeto Político Pedagógico Escola Cabana. Os resultados da pesquisa revelaram que o processo de inclusão educacional efetivado nas escolas e unidades de educação infantil da rede municipal se deu com grandes dificuldades estruturais, principalmente na implementação de adaptações no acesso ao currículo da educação infantil. Para as professoras, a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais foi um grande desafio em suas práticas pedagógicas. O acesso ao conhecimento escolar para essas crianças se deu, então, com o currículo moldado pelas práticas das professoras que experienciaram o movimento da inclusão educacional na Escola Cabana.

b) Batista (2012) buscou compreender como se deu o atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) em creches e pré-escolas municipais de São Luís, Maranhão. Nos resultados, revelou-se que os alunos com NEEs matriculados nas escolas da pesquisa são atendidos porque professoras e gestores se esforçam para igualar as oportunidades de aprendizagem, já que os recursos e os espaços ainda não estão de acordo com as necessidades de todos os alunos. Enfatiza também que as mães estão satisfeitas com as escolas, apesar das dificuldades. Em relação aos alunos com NEE matriculados nas instituições pesquisadas, destaca que há predominância de crianças com deficiência e com transtornos globais de desenvolvimento.

c) Pinto (2015) analisou como os pressupostos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva eram articulados na prática pedagógica das docentes que atendiam crianças com deficiência em salas regulares na Educação Infantil em Tucuruí, Pará. Seus resultados mostram que: as docentes articulavam na prática pedagógica os pressupostos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva ao buscarem a autoformação, estimulada pela responsabilidade e pelo compromisso profissional; o acolhimento, a participação, o atendimento baseado na igualdade e no respeito às diferenças estavam presentes na prática docente, o que tornava o processo educativo inclusivo; os fatores que contribuíram para que esses conhecimentos fossem articulados à prática pedagógica foram a construção da proposta pedagógica da Educação Infantil e a ação colaborativa entre as docentes da sala regular e as profissionais da Educação Especial.

d) Pinheiro (2015) analisou como ocorreu o processo de inclusão das crianças de 3 a 5 anos com deficiência intelectual em creches e pré-escolas de São Luís – Maranhão. Os resultados apontados foram: a inadequação da formação dos professores e estrutura física dos espaços de educação infantil, mencionados pelos professores; as dificuldades apresentadas pelas creches e pré-escolas do município de concretizarem as políticas públicas de inclusão; os inúmeros desafios postos à inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual, tais como a formação inadequada dos professores, o elevado número de crianças na sala de atividades, a escassez de materiais, o descompromisso das famílias, a ausência do diagnóstico inicial da deficiência intelectual, a resistência dos docentes em trabalhar com crianças com deficiência intelectual, dentre outros problemas apresentados pelas instituições selecionadas para este trabalho.

e) Oliveira (2016) perpassou pela questão das práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano dos professores de Educação Infantil da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. A proposta foi abordar temas latentes da educação inclusiva, tais como: o processo de inclusão educacional, a formação continuada e as práticas pedagógicas. O resultado apresentou a fragilidade de suas formações, a questão da formação continuada sazonal no âmbito escolar, sendo esta assumida pelos próprios professores como autoformação.

Em síntese, o resultado das pesquisas, em maior destaque, aponta para a ausência de formação continuada ou para a formação continuada inadequada, além de enfatizarem dificuldades nas adaptações do currículo, descompromisso das famílias, ausência de diagnóstico inicial da deficiência intelectual, resistência dos professores em trabalhar com alunos com deficiência intelectual e estrutura física inadequada. Dentre os aspectos abordados, destacaremos a estrutura física, a questão familiar, o diagnóstico e a resistência, que serão detalhados a seguir.

Estrutura física, família, diagnóstico e resistência

A proposta da Educação Inclusiva é a de estar preparada para garantir tanto o acesso quanto a permanência das crianças. Desta forma, questões estruturais ou arquitetônicas podem ser artifícios excludentes e impeditivos para o acesso, permanência e a garantia da integridade física dessas crianças. (BRASIL, 2008).

Cabe ao sistema de ensino organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008). Dentre muitas outras determinações dos regimentos legais, pode-se inferir que o Art.27, do Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, expressa uma síntese:

assegurar sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, Art. 27, p.14).

Sobre a família, a legislação brasileira ressalta que é dever da família, da escola e do Estado a responsabilidade sobre a formação escolar e cidadã das crianças (BRASIL, 1996; 2015). Entretanto a despeito do enfatizado no âmbito legal as produções apontam que a escola e seus professores se ressentem da ausência dos pais e responsáveis em uma ação de coparticipação no processo educacional dos filhos. Assim, nenhum pai, mãe ou responsável está isento de colaborar e estar presente na escola; e ainda, há a preocupação e responsabilidade quanto à primeira infância:

Art. 12. A sociedade participa solidariamente com a família e o Estado da proteção e da promoção da criança na primeira infância, nos termos do caput e do § 7º do art. 227, combinado com o inciso II do art. 204 da Constituição Federal, entre outras formas:

...

VI - promovendo ou participando de campanhas e ações que visem a aprofundar a consciência social sobre o significado da primeira infância no desenvolvimento do ser humano. (BRASIL, 2016b, p. 5).

Outro aspecto enfatizado é quanto ao diagnóstico, que, contribui para o planejamento pedagógico individualizado para a criança. Porém, não há mais a obrigatoriedade de aceitação da criança com NEEs na escola apenas com a materialidade do laudo médico. Sobre isso o Ministério da Educação esclarece, por meio da Nota Técnica nº 04 (BRASIL, 2014), que:

Neste liame não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o AEE caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico. Durante o estudo de caso, primeira etapa da elaboração do Plano de AEE, se for necessário, o professor do AEE, poderá articular-se com profissionais da área da saúde, tornando-se o laudo médico, neste caso, um documento anexo ao Plano de AEE. Por isso, não se trata de documento obrigatório, mas, complementar, quando a escola julgar necessário. O importante é que o direito das pessoas com deficiência à educação não poderá ser cerceado pela exigência de laudo médico. A exigência de diagnóstico clínico dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, para declará-lo, no Censo Escolar, público alvo da educação especial e, por conseguinte, garantir-lhes o atendimento de suas especificidades educacionais, denotaria imposição de barreiras ao seu acesso aos sistemas de ensino, configurando-se em discriminação e cerceamento de direito. (BRASIL, 2014, p.3)

Na opinião dos professores, a ausência do laudo técnico dificulta o trabalho, pois o processo de formação continuada acontece muitas vezes de forma assistemática, a partir do momento em que são identificadas as necessidades específicas das crianças no âmbito da sala de aula.

O fato dos laudos demorarem a serem encaminhados pelos pais de certa forma evidenciam que há resistência destes aceitarem de imediato que seus filhos têm necessidades específicas; sendo que a ausência do laudo acaba servindo também aos professores como justificativa para não assumirem suas responsabilidades, para as escolas não procederem a solicitação e para a Secretaria de Educação não encaminhar o processo às instituições competentes.

Em geral, no senso comum, há resistência àquilo que não se quer e não gosta, mas, no caso dos professores, é possível não gostar dos alunos? Não querer ser professor dos alunos com deficiência é reforçar a ideia de que a escola é seletiva e não é para todos. Adentrar no magistério, especificamente na Pedagogia, é ter em mente que sua área de atuação também é a Educação Infantil, é ser professor de crianças, e não cabe ser professor "deste" e não "daquele".

Sobre a resistência, Freire (1996, p. 78) destaca que:

É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na *compreensão* do futuro como *problema* e na vocação para o *ser mais* como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa rebeldia e não para a nossa resignação em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação, mas na *rebelia* em face das injustiças que nos afirmamos.

A rebeldia apontada por Freire (1996) não se configura no “não querer ou não gostar”, mas na rebeldia enquanto denúncia que promove uma posição mais crítica e revolucionária. Assim, “[...] a mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho.” (FREIRE, 1996, p. 79)

Freire (2000, p. 43) ainda ressalta que:

Uma das primordiais tarefas [...] é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta. É trabalhar a genuinidade desta luta e a posição e a possibilidade de mudar, vale dizer, é trabalhar contra a força da ideologia fatalista dominante, que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores.

Então a resistência é para combater o preconceito, a discriminação, o estigma e o discurso hegemônico de normalidade que ainda perpassam sobre a pessoa com deficiência em seus distintos espaços como retratam Fernandes e Denari (2017).

Confirmadamente estas produções apresentam discussão sobre educação infantil, educação inclusiva e educação especial. Em suas seções, discorrem sobre a educação no contexto do paradigma da inclusão; inclusão na educação infantil; infância, deficiência intelectual e inclusão escolar; educação infantil e inclusiva; educação especial e a inclusão escolar no Brasil. Porém, ressaltamos que há necessidade das temáticas serem abordadas de forma transversal.

Destaca-se que Oliveira (2016), Pinheiro (2015) e Batista (2012) buscaram articular suas fundamentações com teóricos que já materializam a Educação infantil/Educação Especial/Educação Inclusiva, como os seguintes autores citados: Drago (2011), Dantas (2012), Hoeppler (2007) e Mendes (2010), respectivamente.

A interface desta temática está prevista nos documentos legais com sua “transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior” (BRASIL, 2008), assim como registra o Plano Nacional de Educação na publicação “Planejando a próxima década”:

Na perspectiva inclusiva, a educação especial integra a proposta pedagógica da escola regular, de modo a promover o atendimento escolar e o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação. Destaca-se também o esforço conjunto de sistemas e redes de ensino em garantir o pleno acesso à educação a todos os alunos atendidos pela educação especial, conforme evidenciam as matrículas nas redes públicas. (BRASIL, 2014, p.24).

Visualiza-se nestas produções analisadas que as crianças com deficiência matriculadas na Educação Infantil, creche e pré-escola, estavam sendo atendidas em dois segmentos paralelos dentro da escola. As ações devem ser colaborativas, não de sobreposição ou supressão, mas em prol de uma educação infantil para todas as crianças com uma escola inclusiva.

Considerações Finais

Neste artigo objetivou-se identificar o que vem sendo produzido nos Programas de Pós-Graduação em Educação na Amazônia Legal sobre o atendimento e articulação da Educação Infantil na Educação Especial. Assim, nos resultados, salientamos que o maior destaque foi para a ausência de formação continuada de professores, seguida da estrutura física inadequada, do pouco apoio ou ausência da família na escola, ausência de diagnóstico e resistência de alguns professores em atuar com as crianças com deficiência na perspectiva da Educação Inclusiva.

Sobre a fundamentação teórica específica de Educação Infantil/Educação Especial/Educação Inclusiva, apenas quatro autores foram identificados: Drago (2011), Dantas (2012), Hoeppler (2007) e Mendes (2010). Com isso, confirma-se que além da reduzida produção em nível de mestrado e doutorado na Amazônia Legal também é reduzido o número de autores que os fundamentam na perspectiva abordada. Destaca-se ainda que esse conhecimento deva ser pensado, gestado e construído de maneira transversal, assegurando as especificidades, aspectos que sem dúvida são desafios contemporâneos significativos na perspectiva da educação infantil inclusiva. O evidenciado reflete nas produções sobre a temática estudada que se apresentam de forma fragmentada e com reduzida articulação.

Corroborar-se que a Educação Infantil é relevante para a formação e cidadania das crianças, nesse sentido pesquisas que envolvam as crianças como sujeitos de direitos e não somente discorram sobre elas e esse nível educacional, é importante para a discussão de propostas que atendam aos desafios contemporâneos sobre a formação inicial e continuada, prática pedagógica e a educação da criança. Salientando sempre que a formação continuada necessita atender as especificidades e a transversalidade tanto da educação infantil quanto da educação especial inclusiva.

Referências

ALMEIDA, Elaine Araújo dos Santos Trindade de. **Atendimento educacional especializado e educação inclusiva**: quais as experiências das salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de Niterói/RJ? 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal Fluminense, 2013.

AMARAL, Miriam Matos. **A inclusão de crianças com necessidades educacionais Especiais na educação infantil** uma análise do Currículo moldado pelas práticas pedagógicas de Professoras da rede municipal de ensino de Belém. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2013.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados **Rev. Bras. Ed. Esp.**. Marília. mai. 2011, v. 17, n.spe1, 59-76.

BATISTA, Roseliny de Moraes Martins. **O atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais em creches e pré-escolas da rede municipal na cidade de São Luís-MA**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, 2012.

BRASIL. **Nota técnica Nº 04/2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 21 de julho de 2017

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 12 abril de 2017.

_____. **Lei nº 9.394/1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 de dezembro de 2017.

_____. **Lei nº 13.146/2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 29 de julho de 2017

_____. **Lei nº 13.257/2016.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm>. Acesso em: 29 de julho de 2017

_____. **Planejando a próxima década:** conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 27 de dezembro de 2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva:** a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

_____. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos "is". Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.

DANTAS, P. F. R. **Concepções e práticas pedagógicas de professoras da educação infantil na inclusão de alunos com deficiência.** 2012. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

DRAGO, Rogério. **Inclusão na educação infantil.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

FANTACINI, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Professores do atendimento educacional especializado e a organização do ensino para o aluno com deficiência intelectual. **Rev. Bras. Ed. Esp.** Marília. Jan.2015. v. 21, n. 1, 57-74.

FARIAS, M. Infância e educação no Brasil nascente. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. **Educação da infância:** história e política. Rio de Janeiro: DPEA, 2005. pp.367-384.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos; DENARI, Fátima Elisabeth. Pessoa com deficiência: estigma e identidade. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.** Salvador. set. 2017. v. 26, n. 50, 77-89.

FIGUEIREDO, Nebia Maria Almeida de. **Método e metodologia na pesquisa científica** São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREITAS, M. C. de; KUHLMANN JR., M.. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o século das Luzes. In: FREITAS, M. C. de; KUHLMANN JR (Orgs). **Os intelectuais na história da infância.** Campinas: Cortez, 2002. pp. 11-59.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil:** impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

HOEPLER, L.T. **Professor da educação infantil e a criança com deficiência:** mediações que se estabelecem no contexto imediato. 2007. 311 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

KASSAR, M.C.M. Práticas pedagógicas e o acesso ao conhecimento: análises iniciais. In: MANZINI, E.J. (Org.) **Inclusão e acessibilidade.** Marília: ABPEE, 2006. pp. 79-86.

_____. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Rev. Bras. Ed. Esp.** Marília. Mai.2011. v.17, n.spe1, 41-58.

KASSAR, Monica Carvalho Guimaraes; REBELO, Addressa Santos. O "especial" na educação, o atendimento educacional especializado e a educação especial. In: JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno. **Prática pedagógica na educação especial:** multiplicidade educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013. pp. 21-42.

KASSAR, Monica Carvalho Guimaraes; ARRUDA, Elcia Esnarriaga de; BENATTI, Marielle Moreira Santos. Políticas de inclusão: o verso e o reverso de discursos e práticas. In: JESUS, Denise Meyrelles de, *et al.* **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetória de pesquisa.** Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/ CDV/FACITEC, 2007.

KUHLMANN, JR, M. Educação Infantil e Currículo. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart. PALHARES, Marina Silveira (Org.) **Educação Infantil pós-LDB:** rumos e desafios. Campinas: Autores Associados, 2007. pp. 51-65.

_____. O jardim- de -infância e a Educação das Crianças Pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos **Educação da infância brasileira:** 1875-1983. Campinas: Autores Associados, 2001. pp.3-30.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social.** São Paulo: Avercamp, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. Educação Escolar de Deficientes Mentais: Problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. **Cadernos CEDES.** Campinas. Set.1998. v.19, n. 46, 93-107.

_____. Integração X inclusão - Educação Para Todos. **Pátio - Revista Pedagógica.** Porto Alegre. Mai.1998. s/v, n.5, 48-51.

_____. Abrindo as Escolas às Diferenças. In: MANTOAN, M.T.E. (org.) **Pensando e Fazendo Educação de Qualidade.** São Paulo: Moderna, 2001. pp. 109-123.

_____. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS FILHO, J. **A criança terceirizada:** os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo. Campinas: Papirus, 2007.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil:** História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Educação Inclusiva: Uma escola para todos. In: V Seminário Nacional do Ines Surdez-Desafios Para O Próximo Milênio, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão marco zero:** começando pelas creches. Araquara: Junqueira & Martin, 2010.

NÓVOA, Antonio. Concepções e práticas de formação contínua de professores. In: NÓVOA, A. **Formação Contínua de Professores:** realidades e perspectivas. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991. pp. 15-38.

OLIVEIRA, Tatiana de Castro. **Práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano da Educação Infantil na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará.** 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, 2016.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010.

PINHEIRO, Fernanda Costa. **A inclusão de crianças com deficiência intelectual em creches e pré-escolas:** dificuldades e possibilidades. 2015. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, 2015.

PINTO, Gicele Holanda da Silva. **Educação Infantil Inclusiva**: o que a prática docente revela? 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, 2015.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2017.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.